

Bornhausen e Marcílio querem que o Governo fature politicamente a devolução dos cruzados

CORREIO BRAZILIENSE

Economia - Brasil 20 JUL 1992

Devolução dos cruzados é arma política do Governo

O Governo começa discutir hoje alternativas para capitalizar politicamente a devolução, em 17 de agosto, da última parcela dos cruzados novos bloqueados no Banco Central em março de 1990. A idéia é realizar uma campanha publicitária, e está sendo defendida pelos ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, e da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen. A opção pela campanha faz parte da estratégia que vem sendo desenvolvida por Marcílio e Bornhausen para reforçar a credibilidade do presidente Fernando Collor, no momento em que o País atravessa uma crise política que abala o Governo.

Um dia após a posse do presidente Fernando Collor, o País foi surpreendido pela decisão da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello de bloquear 80 por cento dos ativos financeiros. Hoje, o

Banco Central contabiliza uma devolução de 47,5 bilhões de dólares, restando cerca de 2 bilhões de dólares que voltarão às contas bancárias das pessoas que ainda têm dinheiro bloqueado em agosto. Para se ter uma idéia do que significa esta soma de recursos, basta lembrar que a renegociação da dívida com os bancos credores internacionais envolveu 44 bilhões de dólares.

A forma de como capitalizar a devolução total dos cruzados bloqueados será discutida hoje pelo ministro Marcílio Marques Moreira e a equipe econômica. O primeiro passo é avaliar a disponibilidade de recursos públicos para financiar a campanha, que poderia, também, ser ampliada para explicar à população a reforma tributária encaminhada ao Congresso na semana passada.

Um fato, porém, é certo: Marcílio e Bornhausen estão convenci-

dos de que o Governo tem que "faturar politicamente" a devolução dos cruzados. "No momento em que o Governo está sendo bombardeado por todos os lados, temos que capitalizar, junto à população, afirmando sempre que o Governo cumpriu sua palavra e devolveu cada centavo bloqueado", opinou um assessor do Ministério da Economia. Mais ainda, a preocupação é lembrar "aos brasileiros e brasileiras" que o Governo antecipou em um mês o cronograma de devolução.

O primeiro passo do ministro da Economia foi solicitar uma coletânea de artigos publicados nos jornais dias após o anúncio do bloqueio, em março de 1990. Na época, economistas, juristas e políticos se manifestaram contra o bloqueio e propalavam que o Governo não devolveria os recursos confiscados da população.